

**CIDADE(S) INVENTARIADA(S): REDES SOCIAIS E CULTURA MATERIAL  
EM CAJAZEIRAS, 1876-1890**

Viviane Gomes de Ceballos

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. (ROCHE *apud* MERLO, 2013, p. 91)

Por muito tempo nós historiadores desconsideramos a materialidade como possibilidade de pensar a sociedade e produzir narrativas sobre o passado. O diálogo com a arqueologia, permitiu, de certa forma, que aqueles que se dedicavam à história da antiguidade encontrassem nesses indícios a possibilidade de entender e construir uma leitura sobre sociedades que não deixaram registros como os que, naquele momento, reconheciam-se como legítimos para o ofício do historiador. Contudo, trabalhos que consideram a materialidade, os objetos, seus usos e apropriações como foco de análise para o historiador vem ganhando espaço e constituindo-se como um campo profícuo de discussões, sobretudo para pensar os séculos XVII e XVIII no Brasil.

Nosso trabalho apresenta uma proposta de pensar a cultura material como forma de entender as tramas sociais, políticas e familiares que se estabelecem na cidade de Cajazeiras no final do século XIX. O trabalho aqui apresentado é fruto de pesquisa em andamento vinculada ao PIBIC/CNPq e que conta com a participação de 4 graduandas do curso de História do CFP/UFCG<sup>1</sup>.

A cidade, portanto, assume para nós a fluidez própria das distintas trajetórias e expectativas, as redes sociais e políticas que cada um de seus passantes (CERTEAU, 1996) constrói no presente. Mas... o que é a cidade? Como o historiador pode

---

<sup>1</sup> Projeto vinculado ao PIBIC/CNPq e conta com uma bolsista e três voluntárias que auxiliam na leitura e transcrição da documentação utilizada e que atuam em projeto semelhante vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do CFP/UFCG.

problematizar esse espaço e as atribuições e imagens construídas para ele? Cajazeiras é a cidade do Pe. Rolim, da família Albuquerque, dos Cartaxo, dos Dantas Cartaxo, dos Peba, da Diocese, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, do Diocesano, de Dom Aauto, do Luiz Ambrazio Panchet, e de outros tantos personagens que ajudaram na sua constituição<sup>2</sup>.

As cidades podem ser uma experiência visual (BRESCIANI, 2007). Ruas, prédios, praças, vazios, igrejas, prédios públicos, tudo isso dá materialidade à cidade. Mas, é também,

Um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas. (BRESCIANI, 2007, p. 237)

Partindo dessa reflexão, os traçados de suas ruas constituem a memória que nos possibilita conhecer um pouco da sua história. A cidade ganha os contornos próprios de sua materialidade e se apresenta ao habitante, ao visitante, ou mesmo ao pesquisador, como passível de ser apreendida e (re)construída a partir das possibilidades de transformação deste mesmo espaço. Há uma constante busca de referenciais que direcionam e “educam” o nosso olhar para o entendimento do urbano. Quando o olhar se depara com bairros urbanizados ou higienizados, vai em busca da identificação de “ícones representativos” da história do lugar. Ícones que apresentam também o processo de modificação, o “progresso” vivenciado por aquela cidade em determinado momento.

Assim, ao historiador do urbano fica o desafio de “ler” a cidade, que é, acolhendo a proposta de FERRARA (1988): fazer uma análise da relação dos espaços físicos e das atribuições de sentido dadas a ele. A cidade constitui, assim, um conjunto de signos mudos e adquirem significados atribuídos por seus usuários ou por seu leitor. Desta forma, devemos refletir sobre nosso papel de historiadores do urbano, ao atribuímos significados aos espaços citadinos estudados. As leituras que empreendemos fazem parte do próprio processo de constituição das cidades. Neste sentido, escrever a história é

---

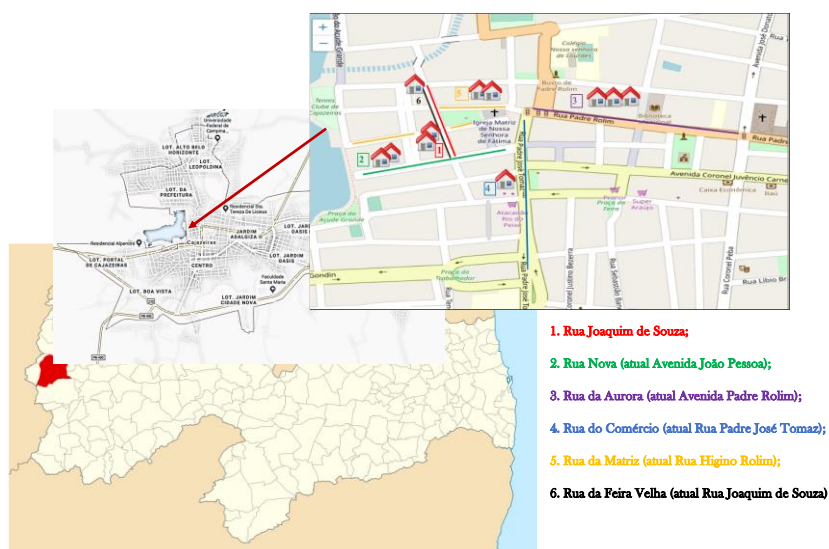
<sup>2</sup> Os nomes e referenciais aqui atribuídos aparecem constantemente nos textos sobre a história da cidade, na memória de seus habitantes, e são atualizados e reiterados nas falas que intencionam produzir a sua história.

aprender a lidar com as várias linguagens encontradas nestas, sem perder de vista que o nosso “discurso é o produto de um sonho, de um sonho que no entanto não é livre”, mas controlado pelos vestígios e pelo nosso compromisso com as fontes e com o que elas nos permitem afirmar (DUBY, 1989: 41). A subjetividade do historiador parece atrelada a uma dose de percepção – da capacidade de obter informações sobre os “signos mudos” – que compõem o espaço.

Para FERRARA (1998, 31), é “na desordem, no caos do não-verbal, [que] o leitor é lançado a um papel de produtor, precisa co-criar, cooperar na criação da mensagem.” Ou seja, a memória do habitante, a relação por ele estabelecida com a cidade é fundamental para dar inteligibilidade aos signos que a compõem. O papel atribuído, portanto, ao leitor da cidade que propõe intervenções nela, é o de lhe conferir racionalidade, um princípio de ordem, ou seja, uma ordenação dos espaços e dos significados a eles atribuídos. Quando há uma não adaptação do usuário a essa racionalização proposta, tem lugar o que Ferrara (*idem*) chama de “poluição espacial”, a saber, espaços criados, símbolos de modernidade e de progresso que não ganham usos e tampouco significados por seus usuários. A cidade perde sua principal característica: a de ser “mensagem à procura de significado que se atualiza em uso” (FERRARA, 1988, p. 40). Ler e apreender o que parecia caracterizar a cidade de Cajazeiras através dos inventários *post mortem* registrados no Cartório da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior constitui o desafio dessa proposta. Deixar entrever os tantos personagens que ao registrarem seus inventários, ao partilharem os bens de seus entes queridos forjam relações, deixam entrever valores de uma cultura material e imaterial que transparece na documentação. O que os tornava partícipes de uma coletividade; quem determinava o valor dos bens registrados e quem seriam os herdeiros legítimos desse cabedal; como as relações se estabelecem em torno da rede social e de status que se define no processo de inventário e partilha dos bens... estes são alguns dos aspectos que aparecem como norteadores da análise dessa vasta documentação presente em uma cidade ainda em processo de reformulação de suas relações mais formais – uma vez que esse processo tem início ainda no Império e início da República. As Ordenações Filipinas constituem a legislação que rege os processos de inventário, assim como o próprio funcionamento da

sociedade brasileira de então. Apenas em 1916 é promulgado o primeiro Código Civil Brasileiro, chamado Código Beviláqua, que atualiza e passa a reger esse tipo de processo<sup>3</sup>.

As leituras tem nos permitido vislumbrar inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a cidade de Cajazeiras, bem como entrever as relações que nela se desenrolavam, ou mesmo perceber, através das propriedades inventariadas, as áreas da cidade que eram ocupadas por essas famílias. Era muito comum que as famílias residissem na área rural e tivessem propriedades na área urbana para que os filhos pudessem estudar, ou mesmo para as atividades comerciais no final de semana, especialmente, a feira.



**Figura 01** – Mapa indicando a localização de algumas propriedades que aparecem nos inventários (1876-1880)<sup>4</sup>

O diálogo com Adriano Teixeira (2012) se impõe na medida em que não é novidade o trabalho de historiadores com os inventários *post mortem* como fonte; novas são as perspectivas, as questões lançadas a essa documentação e que permite ao

<sup>3</sup> Código instituído pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, também conhecido como *Código Beviláqua*. Entrou em vigor em janeiro de 1917 e permaneceu vigente no país até janeiro de 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CÓDIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>.

<sup>4</sup> Mapa criado pela discente Josefa Jakeline Oliveira, bolsista do projeto vinculado ao PIBIC/CNPq/UFPG.

historiador conhecer outros aspectos e adentrar por outras portas constituintes do espaço cidadão. Entendendo que

a partir da análise dos bens deixados, do que era inventariado, da forma como se procedia a partilha, entre outras características, vislumbramos os valores econômicos, sociais e até culturais de uma sociedade. Apesar de ser único, ou seja, cada documento se referir a uma única pessoa e família, o conjunto de inventários de todo um período nos possibilita uma análise social mais ampla. (TEIXEIRA, 2012)

O estudo do patrimônio privado das famílias de Cajazeiras nos permite conhecer a cultura material daquela cidade, mas também a perceber que “(...) sua posse poderia simbolizar diferenciação social, já que apenas as famílias mais abastadas tinham condição de adquiri-los” (ALENCAR, 2014, p. 56), como também condições financeiras necessárias para custear esse tipo de processo. Os processos a que tivemos acesso até o momento nos dão uma visão de parte da sociedade cajazeirense, mas diferem-se bastante em detalhamento dos bens ou mesmo das pessoas envolvidas em cada processo.<sup>5</sup>

A Comarca de Cajazeiras desde 1876 (o ano inicial da documentação) já contava com um Juiz de Orphãos (sic) e um Juiz de Direito conforme aponta a documentação pesquisada. Atribuições simbólicas, distinção social, composição de Cabedal<sup>6</sup> e o uso social do espaço são discussões estabelecidas a partir da cultura material da época relacionada ao aspecto privado do lar e práticas movidas conforme o interesse das famílias.

O final do século XIX marca um momento em que a cidade expandia as fronteiras comerciais (conforme comprovam as notas de compras anexadas aos inventários de negociantes) e aumentava a produção agrícola do algodão, ocasionando o enriquecimento

---

<sup>5</sup> Em trabalhos como o de Magalhães (1989); MARTINEZ (2007); MUYRAKTAN (2009) e ALENCAR (2014), os autores indicam o detalhamento das informações contidas nos inventários, na cidade de Cajazeiras, alguns desses processos são bastante concisos e não trazem maior detalhamento – o que consiste numa dificuldade e num limite ao nosso trabalho.

<sup>6</sup> Cabedal é o acúmulo de bens que não se restringe exclusivamente a riqueza monetária, na verdade, Cabedal significa mais uma garantia de poder e prestígio local e regional concedidos pela posse de bens. MUYRAKTAN, Kennedy de Macêdo. CRIAS DE GADO: CABEDAL FAMILIAR NAS FAZENDAS SERTANEJAS. **RÚSTICOS CABEDAIS: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc XVIII)**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2007.

local. Pensar o enriquecimento local em Cajazeiras não pressupõe remeter ao valor monetário dos bens arrolados, ou mesmo da moeda que circulada, mas na aquisição material de bens como semoventes ou bens imóveis. Nos inventários analisados até o momento (1876-1880) apenas o de Anna Maria Bizerra - cazada (sic) com o falecido Bernardo Jose da Costa – realizado em 1876<sup>7</sup> houve declaração de dinheiro no monte sobre posse dos filhos. Portanto, podemos afirmar que a posse de bens imóveis (tanto rurais quanto urbanos) parecem representar materialmente o enriquecimento local, fato já apontado por Rolim (2010) quando discute o aumento patrimonial das famílias cajazeirenses no início do século XX como resultado da produção algodoeira.

Ao falar sobre espaço, sabemos que o mesmo se modifica de acordo com as tendências do momento, em 1876 (ano de emancipação) temos o conhecimento de um “Um sobrado em começo, estando os paredões até altura de receber o soalho (sic), tendo duas portas, com 28 palmos de frente.” na Rua Nova avaliado em 400\$000<sup>8</sup>. Vale chamar a atenção para o valor atribuído ao imóvel ainda inacabado, já que em outras situações os imóveis na cidade chegavam a valer 100\$000 e 200\$000, com exceção de uma casa avaliada em 500\$000 no mesmo inventário e uma outra casa avaliada em 2:000\$000 que pertencia a um negociante “huma casa de tijolho murada e caiada”<sup>9</sup>, mas que seus valores possivelmente decorriam do material utilizado, o que representa também uma outra mudança/tendência nos imóveis. A maioria dos imóveis descritos eram feitos principalmente de taipa<sup>10</sup> o que segundo Muyraktan (2007) era o perfil de moradia da época em decorrência do baixo custo e fácil acesso a esse material. Mas apesar disso, constatamos nessa pesquisa uma alteração desse perfil, pois muitas das casas apesar de serem feitas de taipa, possuíam pelo menos a frente feita de tijolo, aliado a isso eram descritas portas e janelas, quando eram totalmente de taipa não houve descrição desses últimos elementos. A localização de imóveis no espaço urbano, influencia na valorização do mesmo, o que justifica mais uma vez a expansão desse espaço. Portanto prevalecia na mentalidade da época a aquisição e a inovação do mesmo. O trabalho realizado por

---

<sup>7</sup> Inventário de Anna Maria Bizerra, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876.

<sup>8</sup> Inventário de Josefa Candida Bezerra, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876.

<sup>9</sup> Inventário de Luiz Ambrazio Pereira Panshet, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880 (Caixa Azul 1873-1938).

<sup>10</sup> Técnica que usava madeira (varas), cipós e barro, apenas.

Deusdedit Leitão<sup>11</sup> (2005), intitulado “Ruas de Cajazeiras”, em que indica o processo de mudança dos nomes das ruas da cidade, e também a quantidade de imóveis residenciais e comerciais em cada uma delas, tem nos ajudado bastante a mapear essa ocupação e a consolidação da área urbana da cidade. Contudo, apesar de indicar ter realizado pesquisa nos registros de cobrança de impostos, da décima urbana, por exemplo, não há no livro referências a esse acervo tampouco a textos e documentos que deram suporte a tal produção.

Mas este espaço assume também outra finalidade, que segundo Martinez (2007), é um espaço de sociabilidades. Mas além da finalidade política e econômica, a mesma chama a atenção para outro detalhe, o lugar das festas e comemorações públicas, religiosas e políticas.

“O fato de encontrar apenas 19% das famílias habitando a cidade não invalida a importância do centro urbano - *locus* da vida administrativa e política do Império; espaço das festividades, centro comercial dos negócios, das eventuais trocas de mercadorias; espaço também das sociabilidades, manifestações populares e políticas ...” (MARTINEZ, 2007, p. 91)

É a oportunidade dos encontros comerciais e amorosos, onde as famílias se encontram, onde as pessoas se mostram e demonstram o seu lugar social, inclusive através das vestimentas, das joias, elementos estes que Alencar (2014) aponta como indícios de distinção. Oportunidade para as conversas pessoais entre Donas e acordos (inclusive matrimônios arranjados) entre Senhores. A cidade era entendida como espaço de sociabilidade e das relações comerciais. As produções agrícolas locais, o trabalho com o beneficiamento do algodão<sup>12</sup>, são importantes para o estabelecimento dessas relações no

---

<sup>11</sup> Deusdedit de Vasconcelos Leitão não tem formação acadêmica, mas tornou-se reconhecido como o “historiador” da cidade por ter produzido inúmeros textos sobre a história de Cajazeiras. Sua trajetória política e atuação na cidade facilitou o acesso à documentação e sua erudição e diletantismo tornaram sua obra referência para os trabalhos sobre Cajazeiras. (ver site do IHGP - <http://www.ihgp.net/luizhugo/deusdedit.html>).

<sup>12</sup> A cidade chegou a ter, de acordo com os registros de Deusdedit Leitão, uma usina de beneficiamento de algodão – instalada em 1929. Contudo, já em fins do século XIX, identificamos nos inventários a presença

espaço urbano, contudo, nos inventários a cultura material da cidade aponta a posse de bens semoventes, de raiz e dívidas como os bens de maior relevância no patrimônio familiar característico dessa região (Muyraktan, 2007; Alencar, 2014). Nos inventários analisados, os bens semoventes assumem um valor (monetário e quantitativo) bastante significativo na cidade, a exemplo o patrimônio de Maria do Rosario Leite foi avaliado em 2:531\$000; desse valor, o montante de 2:026\$000 referia-se aos bens semoventes. A grande quantidade de animais, mesmo que apenas em um inventário de 1882, é um indício do avanço pecuário na região após a grande seca de 1877-1879 se comparado aos dados coletados de 1880. Além disso, também se observa a escassez de escravos, um total de 9 cativos na posse de apenas 4 famílias entre as 18 inventariadas.

**TABELA 01** – Concentração de bens semoventes (animais) em 1876

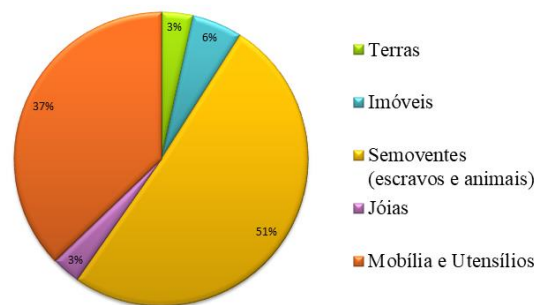
INVENTARIADO(A)	BOVINOS	EQUINOS	CAPRINOS
Anna Maria Bizerra	---	1	---
Hermino José de Souza	10	6	6
Josefa Cândida Bezerra	---	3	---
Raimundo Joze de Freitas	2	---	---
Salvador de Luna Ramalho	24	6	---
TOTAL	36	16	6

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876.

**Figura 02** – Gráfico indicando o percentual por tipo de bem arrolado nos inventários (1876)

---

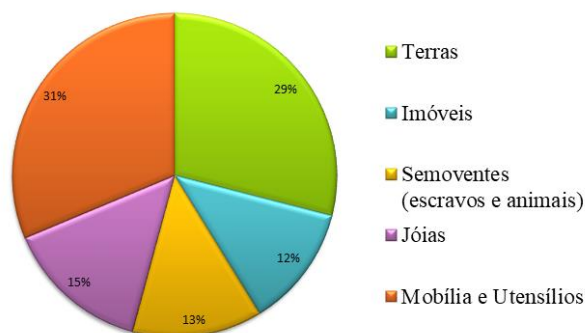
de maquinário de beneficiamento de algodão e ferramentas que remetem ao trabalho com a cultura do chamado “ouro branco”. Interessante perceber o valor atribuído a esses bens e as famílias possuidoras.



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1876.

A tabela e o gráfico acima representados nos permite perceber a importância dos bens semoventes, particularmente animais, na constituição do cabedal familiar na cidade. Muitas das atividades ali desenvolvidas tornava imprescindível a posse de animais que garantiriam a tração animal. Às famílias possuidoras de terras, bens de raiz e semoventes cabia um lugar de destaque social e uma inserção política significativas no estabelecimento de redes na cidade. Contudo, a grande seca que assola a região entre os anos de 1877 e 1879 promove mudança significativa nesse quadro, como mostra o gráfico abaixo:

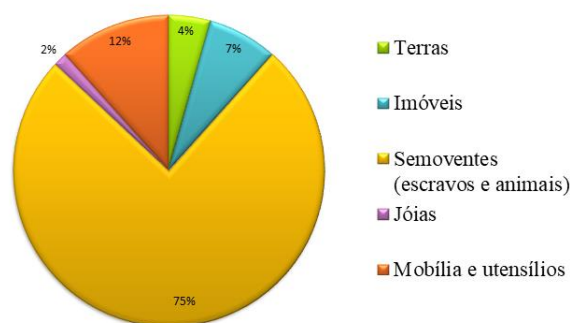
**Figura 03** – Gráfico indicando o percentual por tipo de bem arrolado nos inventários (1880)



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.

Percebemos quanto a seca impactou no patrimônio das famílias cajazeirenses. A posse de semoventes que 04 anos antes consistia 51% do cabedal das famílias, passa a constituir apenas 13% em 1880. Muitos animais morreram e muitas famílias perderam parte do seu cabedal nesse processo. Não conseguimos ainda mapear se essa queda brusca deveu-se exclusivamente aos efeitos da seca, ou se houve uma comercialização desses bens como forma de minimizar as perdas. Os inventários, contudo, nos apontam para uma retomada da posse desses bens, quando a cidade dá início a um processo de recuperação no ano de 1882. O gráfico abaixo demonstra esse processo, quando a posse de semoventes passa a constituir 75% do cabedal das famílias inventariadas.

**Figura 04** – Gráfico indicando o percentual por tipo de bem arrolado nos inventários (1882)



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1882.

A pesquisa, ainda em andamento, tem nos levado a sentir necessidade da incorporação de outras fontes que nos permitam explorar mais a consolidação e ampliação da malha urbana da cidade de Cajazeiras, bem como o estabelecimento dessas redes e do impacto delas nas decisões da municipalidade. Nosso trabalho tem sido o de transcrever e organizar as informações constantes nesses inventários para a criação de um banco de dados em plataforma online com a intenção de disponibilizar essa base de dados para a comunidade acadêmica, constituindo assim importante acervo sobre a história da cidade.<sup>13</sup>

Apesar de serem documentos seriais e que pressupõem alguns limites ao historiador (MARTINEZ, 2007), os inventários tem se constituído em fonte profícua para o conhecimento e análise da cidade de Cajazeiras no final do século XIX. A ausência de acervos históricos, de espaços que nos permitam conhecer e elaborar narrativas sobre a cidade, tem se apresentado com um dos maiores desafios aos historiadores e pesquisadores em geral.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **Declaro que sou “dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens os sertões de Quixeramobim (1727-1822)**. Dissertação de Mestrado em História. UECE, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 237-258.

DUBY, G. e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

FERRARA, Lucrécia D. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. Inventários e Sequestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**, 9, 1989. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d86>

---

<sup>13</sup> Fizemos a digitalização de mais de 30 caixas arquivo com os processos encontrados na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior. Nessas caixas encontram-se vários processos, não apenas inventários, mas alguns deles que apresentam causas relacionadas aos inventários ali arquivados. Após a digitalização de toda essa documentação, reunimos mais de 100.000 imagens correspondentes às páginas dos documentos, que estamos explorando. O trabalho é lento porque nem todos os documentos estão em bom estado de conservação, muitos processos estão incompletos e com páginas danificadas.

76a059f47/1462202714544/3\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf> Acesso em: 22/10/2018.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**. Vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba – MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

MUYRAKTAN, Kennedy de Macêdo. Áridos cabedais: família, patrimônio e cotidiano na Ribeira do Seridó colonial. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MUYRAKTAN, Kennedy de Macêdo. **RÚSTICOS CABEDAIS: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc XVIII)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Natal, 2007.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, p. 63-83.